

Pobreza recua, mas ainda atinge 42,6 milhões de pessoas no Brasil

(Clarisse Spitz)

O nível de pobreza teve uma queda significativa durante os três primeiros anos do governo Luiz Inácio Lula da Silva, mas ainda atinge 42,570 milhões de brasileiros, segundo pesquisa da FGV (Fundação Getúlio Vargas). A pesquisa mostra que a pobreza, que atingia 28,2% dos brasileiros em 2003, passou a englobar 22,77% em 2005 --ou 42,570 milhões de pessoas. Esse é o menor patamar desde que a pesquisa começou a ser feita, em 1992.

O levantamento foi coordenada por Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV, a partir dos dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na semana passada, e considera pobre todo brasileiro com renda individual de até R\$ 121 por mês.

Segundo Neri, a queda significativa na pobreza pode ser explicada por fatores como a estabilização econômica, proporcionada pelo Plano Real, conjugadas com o aumento do salário mínimo e programas de redistribuição de renda, sobretudo, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

A FGV compara em estudo o período de 2003 a 2005, do governo Lula, a 1993-1995, quando o Plano Real derrubou os índices de pobreza de patamares de 35% para 28%.

O levantamento mostra que a pobreza recuou 19,18% entre 2003 e 2005 e 18,24% entre 1993 a 1995.

A pesquisa considera 1993 e não 1994 como início do Plano Real para efeitos estatísticos, uma vez que a Pnad não foi realizada em 1994.

Segundo a pesquisa, nos quatro primeiros anos do governo FHC, a queda da pobreza foi de 5,1% ao ano. Já os três primeiros anos de Lula promoveram uma redução de 5,2% ao ano na pobreza.

Neri faz uma distinção entre os governos de Lula e FHC. Segundo ele, o Plano Real possibilitou uma melhora generalizada da população, enquanto que, no governo Lula, houve melhora mais significativa para os mais pobres.

"[O Plano Real] propiciou a estabilização para aumentar as políticas públicas e o criou um boom do consumo", disse ele.

De acordo com Neri, entre 2001 e 2004, os 10% mais ricos tiveram uma queda de 7,5% na renda domiciliar per capita enquanto os 10% mais pobres tiveram um incremento de 23,5% nessa renda.

O economista faz elogios ao Bolsa Família, principal programa de transferência do governo federal. Ele diz que é um programa mais eficiente para combate à pobreza a um custo mais baixo que o aumento do salário mínimo.

"Perde-se qualidade de política social com aumento do salário mínimo. Chegamos ao limite da carga tributária."

Ele afirma, no entanto, que esse programa chegou ao limite em termos de famílias assistidas -- 11,1 milhões-- e que agora precisa ser aprimorado, como o monitoramento dos beneficiados pelo programa etc.

/td>